

*Escola Superior do Ministério Público de S. Paulo*

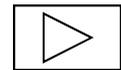
*12º Curso de Especialização em  
Interesses Difusos e Coletivos  
(2019)*

*Hugo Nigro Mazzilli*

Hoje...

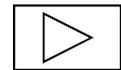
## **Ação civil pública:**

- ✱ **Origens**
- ✱ **Evolução histórica**
- ✱ **Peculiaridades do processo coletivo**
- ✱ **Perspectivas da ACP**
- ✱ **Princípios gerais do processo coletivo**



*Slides e artigos*

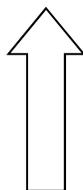
***www.mazzilli.com.br***

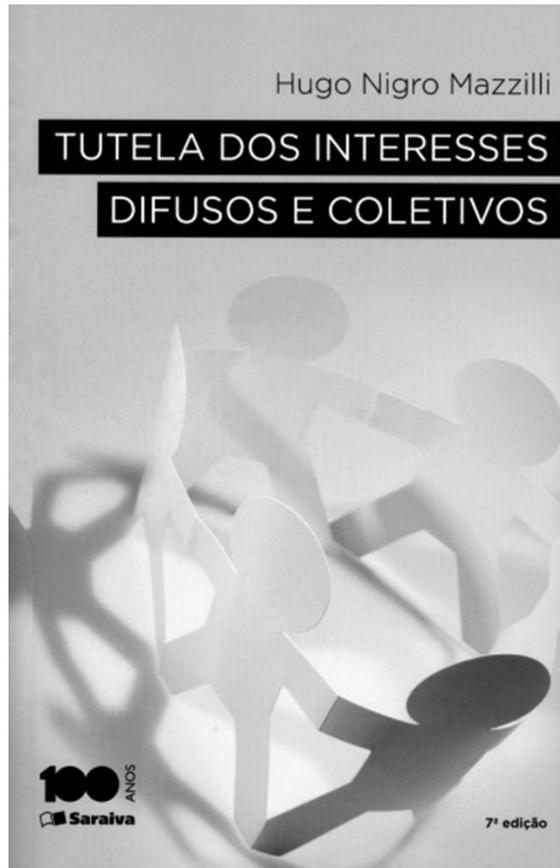
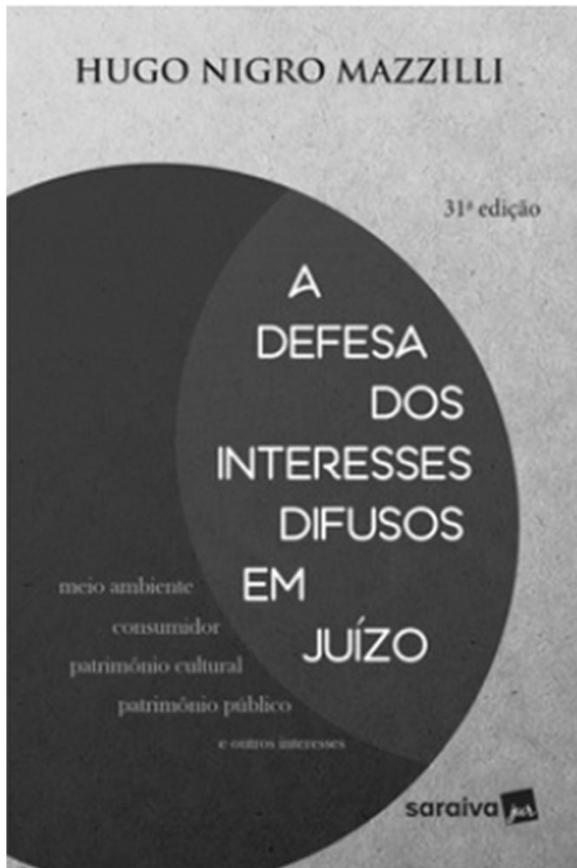


## Apresentação do *site* de Hugo Nigro Mazzilli

- **Artigos**  
Estudos, artigos, votos e pareceres jurídicos do autor, já publicados.
- **Breve Currículo**  
Um breve resumo do currículo do autor.
- **Informações**  
Notas, entrevistas, relatórios, trabalhos publicados e outras informações.
- **Links**  
*Links* para *sites* que comercializam obras do autor e para outros *sites* jurídicos.
- **Livros**  
Resenha dos livros do autor, bem como outras indicações referentes à edição.
- **Programas de computador**  
*Softwares* de computador feitos pelo autor, todos *freeware*.
- **O autor**  
Outras informações e endereço de *e-mail* do autor.

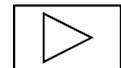
**Notas breves** **novos!**





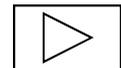
# O que é **Ação Civil Pública**:

- pela **legitimação ativa** (doutrina: MP)
- pelo **objeto transindividual** (ação coletiva, com vários colegitimados ativos), com objeto:
  - ✱ **Difusos**
  - ✱ **Coletivos**
  - ✱ **Individuais homogêneos**



# Peculiaridades (práticas e teóricas)

- ✱ **linhas gerais nas Faculdades**
- ✱ **exigida concursos MP, PGE, Def. P etc.**
- ✱ **importância crescente forense**
- ✱ **≠ processo civil tradicional**
  1. **conflituosidade de grupos** ✓
  2. **legitimação para agir** ✓
  3. **o pedido não é feito em benefício do autor** ✓
  4. **solução coletiva → coisa julgada** ✓
  5. **destinação da indenização** ✓



Vamos aqui falar sobre  
os interesses de grupo...

E o que são eles?

# Posição clássica: Divisão dos interesses

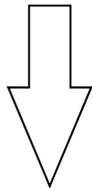
**Interesse público**

Estado x indivíduo  
Interesses indisponíveis  
*ex. ius puniendi*

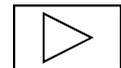
**X**

**Interesse privado**

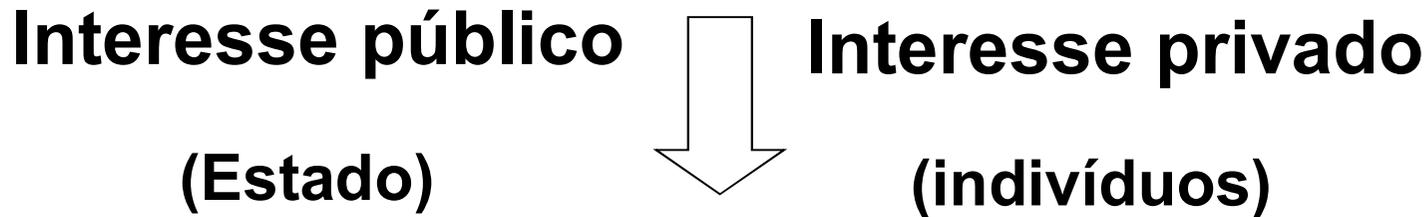
Indivíduo x indivíduo  
Direitos disponíveis  
*ex. contrato dto. privado*



**Subdivisão do interesse público em:  
primário X secundário (Renato Alessi)**



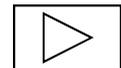
# Mas entre os dois grupos...



→ Mauro Cappelletti (década de 70)

→ ***categoria intermediária*** – interesses transindividuais ou metaindividuais

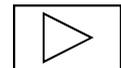
→ **necessidade de sua *tutela coletiva***



# Para distingui-los, tomamos **2 características básicas:**

**a) Grupos determináveis ou não**

**b) Interesses divisíveis ou não**



# Interesses transindividuais

<b>Interesses</b>	<b>Grupo</b>	<b>Objeto</b>	<b>Origem</b>
Difusos	indeterminável	indivisível	situação de fato
Coletivos	determinável	indivisível	relação jurídica
Ind. homog.	determinável	divisível	origem comum

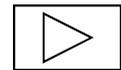
Moradores de uma região / contrato de adesão / série com defeito



# Origens da LACP – 7.347/85

## *Veremos:*

- ✱ Antecedentes
- ✱ Veto
- ✱ Legislação subsequente



Tudo começou na década de  
1970 com um

**Cappelletti ...**



# 1 - Antecedentes

Década de 1970

→ **Mauro  
Cappelletti**

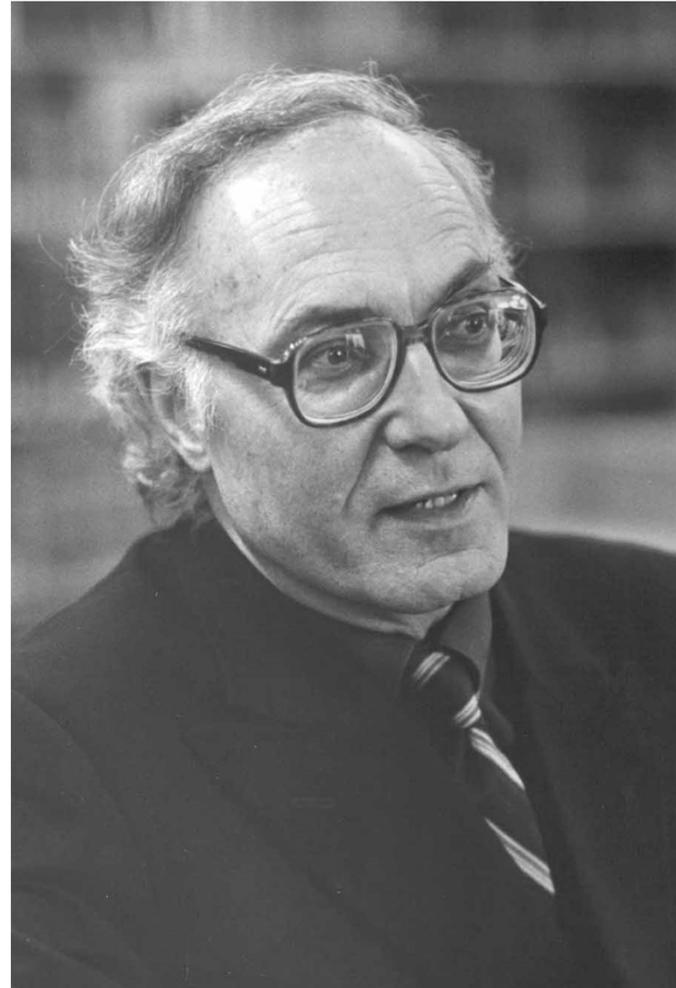


photo credit to Chuck Painter of the Stanford News Service

# CAPPELLETTI ENTRE NÓS

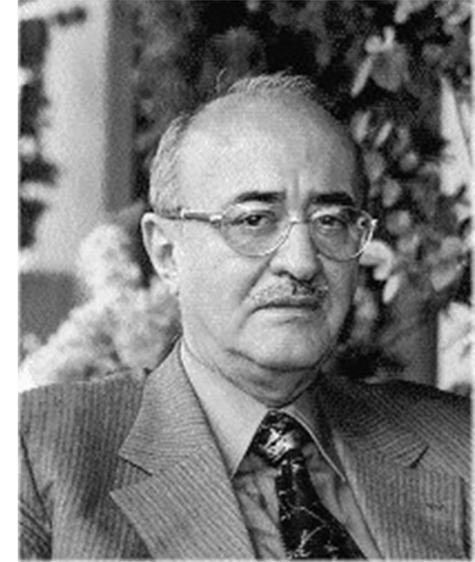


# 2 - Antecedentes



**Anteprojeto pioneiro (83)**

**Ada Grinover  
Cândido Dinamarco  
Kazuo Watanabe  
Waldemar Mariz de Oliveira Jr.**



**I Congr. Nacional de DPC (83)**

**Barbosa Moreira (liminares)**



**O Projeto Bierrenbach  
(PL – 84)**



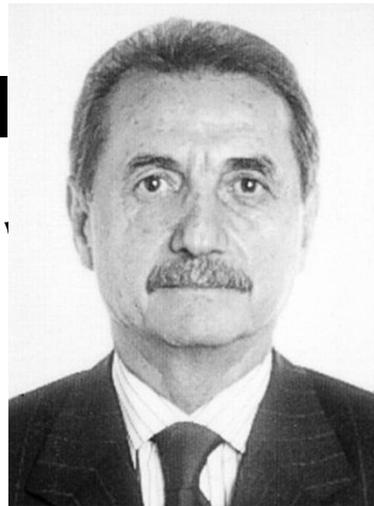
# 3 - Antecedentes

- O Anteprojeto do MP-SP (84):

**Antônio Augusto Camargo Ferraz**

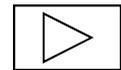
**Édis Milaré**

**Nélson Nery Jr.**



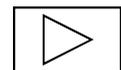
eto d  
ção e o

ivo (85)  
extensão



# 2 Principais diferenças entre os projetos (PL x PE)

- a) **Abrangência (objeto)**
- b) **Criação do Inquérito Civil** (revolução no MP)



# Hoje, o objeto:

## Art. 1º LACP:

I – meio ambiente

II – consumidor

III – patrimônio cultural

IV – outros interesses difusos ou coletivos (CDC) \* VETO (superado)

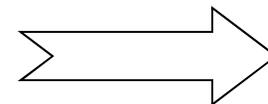
V – a ordem econômica (Lei 8.884/94 + M Prov. 2.180 + Lei 12.529/11)

VI – a ordem urbanística (Lei 10.257/01 + Med.Prov 2.180)

VII – a honra e digni// de grupos raciais, étnicos e relig. (Lei 12.966/14)

VI – o patrimônio público e social (Lei 13.004/14)

**Parágrafo único – não para FGTS, tributos, contribuições previdenciárias, fundos sociais (MP 1.984/20 e s.; 2.102/26-00; 2.180 etc. antes da EC 32/01)**



## → Há, porém, o problema do acesso coletivo à jurisdição :

★ **Art. 5º, da CF** → tutela dos direitos e deveres individuais e coletivos

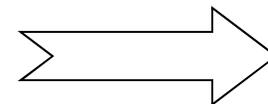
★ **Art. 5º, XXXV** → lesão ou ameaça de lesão “a direito” ← individual ou coletivo

É garantia constitucional: arts. 5º, XXI (assoc. civis) e LXX (mandado de segurança coletivo); 8º, III (sindicatos); 129, III (MP); 232 (índios)



# As alterações / ampliações subsequentes à LACP – I

- 1. CR 88 – arts. 5º, XXI (assoc. civis) e LXX (m. seg. coletivo); 8º, III (sindicatos); 129, III (MP); 232 (índios)**
- 2. Lei n. 7.853/89 – pessoas port. deficiência**
- 3. Lei n. 7.913/89 – invest. valores mobiliários**
- 4. Lei n. 8.069/90 – ECA (tanto os interesses indiv. como coletivos → art. 201, V)**

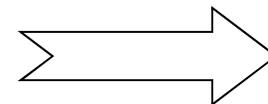


# As alterações / ampliações subsequentes – II

## 5. Lei n. 8.078/90 – CDC

- a) alargamento do objeto da ACP/coletiva
- b) distinção dos interesses transindividuais
- c) melhor disciplina: competência, coisa julgada e execução
- d) TAC - compromissos de ajustamento de conduta (\*)
- e) litisconsórcio de MPs (\*)
- f) completa integração da LACP + CDC (arts. 21 e 90)

(\*) A questão do veto no CDC...



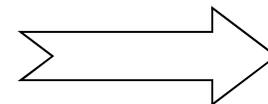
# As alterações / ampliações subsequentes – III

**6. Lei n. 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa → defesa do patrimônio público**

**7. Lei n. 8.884/94 – defesa da ordem econômica sucedida pela Lei n. 12.529/11 (concorrência)**

**8. Lei n. 10.257/01 – art. 1º, III (VI) → ordem urbanística**

**9. Lei n. 10.741/03 – art. 93 → Estatuto do Idoso – aplicação subsidiária da LACP (no Título dos Crimes e não Do Acesso à Justiça...)**



# As alterações / ampliações subsequentes – IV

10. MP 1.570/97, 1.984-18, 2.088-35, 2.102-26, 2.180-35/01

a) MP 1.570 → Lei n. 9.494/97 – limitou a coisa julgada à “competência territorial” do juiz prolator...

b) limites territoriais → associação civil

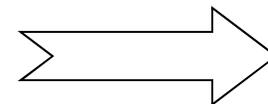
c) alteração dos incisos do art. 1º da LACP

d) reconvenção e sanção contra promotores - MP 2.088-35-00 → alt. MP 2.088/36-01 e s. (nesse ponto foi revogada a MP 2.088-35/00)

e) restrições de objeto (art. 1º, par. único) (MP 2.180)

▶ contribuintes

▶ questões previdenciárias, FGTS etc.



# As alterações / ampliações subsequentes – V

11. Lei n. 11.448/07 – legitimação da Defensoria Pública

12. Lei n. 12.966/14 – defesa de grupos étnicos, raciais, religiosos

<https://www.youtube.com/watch?v=fYryBBIyp40> (HNM)

13. Lei n. 13.004/14 – defesa do patrimônio público e social

14. CPC de 2015

a) precedentes obrigatórios (previsi//, estabili//, segurança X CF)

b) suspensão coativa dos processos

<https://www.youtube.com/watch?v=7u8G8UfKQMI> (HNM)

<https://www.youtube.com/watch?v=MSwgpe1CFvM> (HNM)



# Perspectivas da ACP...

- ✱ Resistência dos governos (objeto, coisa julgada, competência; art. 1º, par. único, da LACP)
- ✱ Resistência dos tribunais (patrimônio público, ECA...; Súm. 329-STJ...)
- ✱ Resistência no novo CPC (estava em tramitação projeto de LACP, não cuidou de leis especiais; criou incidente de resolução de demandas repetitivas...)

O processo coletivo não é panaceia, mas é o caminho para solucionar conflitos de massa

# Princípios gerais do processo coletivo

- ✱ Fala-se em “princípios gerais do processo coletivo”
- ✱ Na verdade o que se encontra na maioria das vezes não são princípios e sim características
  - ✱ ora comuns (como o devido processo legal)
  - ✱ ora um pouco mais ou um pouco menos peculiares ao processo coletivo (como a substituição do grupo lesado, a coisa julgada *ultra partes*, a publicidade dirigida ao grupo, a indisponibilidade, a *restitutio in integrum*, a não taxatividade do processo coletivo, o microssistema coletivo etc.)

***www.mazzilli.com.br***

